



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90010/2026**

**EXCLUSIVA PARA ME/EPP**

**1. O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ nº 16.102.141/0001-55, com sede na Rua Paulo de Frontin, nº 164, bairro Centro, município de Barra do Piraí, na qualidade de **ORGÃO GERENCIADOR**, torna público que, devidamente autorizada pela Secretária de Assistência Social, Sra. **Marina Viola Tinoco**, na forma do disposto no **processo administrativo n.º BDP-020310/000115/2026**, fará realizar, **no dia 03 de junho de 2026 às 14:00 horas**, no [site www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço por item, para Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal nº 14133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais e do disposto no presente edital.

**1.1 – DA SESSÃO PÚBLICA.**

**1.1.1.** A sessão pública será realizada no [site www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Data da realização do Pregão	03	06	<b>2026</b>	14:00
Critério de Julgamento	<b>MENOR PREÇO POR ITEM</b>			
Prazo para impugnação/Esclarecimento	28/05/2026			
Data da publicação	22/05/2026			
Número da licitação no portal	90010/2026			

**1.2.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**2- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**2.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico no [site www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) ou pelo e-mail: [licitacao@barradopirai.rj.gov.br](mailto:licitacao@barradopirai.rj.gov.br).

**2.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no [site www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**2.3.** O Pregoeiro, auxiliado do setor técnico responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidirá sobre a impugnação do certame.

**2.4.** Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



### 3- DO OBJETO

3.1 O Objeto do presente certame é a PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, compreendendo ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS e demais equipamentos correlatos, conforme especificações detalhadas neste documento, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos.

### 4- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

#### 4.1 O objeto deverá ser entregue:

Os Bens Permanentes deverão ser entregues, conforme solicitação, nos seguintes locais:

**\*\*SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situada na Rua Paulo de Frontin, 164 - Centro - Barra do Piraí/RJ - CEP: 27123-120, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h .

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Nossa Senhora da Conceição, 384 A, Califórnia - Barra do Piraí/RJ – Telefone (24) 3347-8451, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Dona Guilhermina, 84 - Centro – Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 2443-1087, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Elias Antônio, 26- Vargem Alegre - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99211-1627, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Vereador Sebastião de Carvalho, S/N Areal - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99255-8075, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua dos Pracinhas, 21- Centro - Barra do Piraí-RJ, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ABRIGO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, situada na Avenida Cecília, nº 42, Muqueca – Barra do Piraí/RJ – Telefone (24) 2443-2025, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*FAMÍLIA ACOLHEDORA**, situada na Rua Franklin de Moraes, 329 - Centro - Barra do Piraí – RJ, Telefone (24) 2442-4369, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**, situado na Rua Cristiano Ottoni, 208- Morro do Gama - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24)2444-4546, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

5.1 O prazo de entrega do material será de 15 **(quinze) dias corridos**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo III), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do pedido formal realizado pelo requisitante nos autos processuais.



## **5- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1** Estima-se o valor total em **R\$ 62.887,12 (Sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e doze centavos).**

**5.2** Os recursos necessários para contratação correrão pela seguinte dotação:

<b>SECRETARIA</b>	<b>FUNCIONAL</b>	<b>ELEMENTO DA DESPESA</b>	<b>RECURSO</b>
03.30.02	08.244.3014.1538	4490.52.00	1660
03.30.02	08.244.3014.1533	4490.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1531	4490.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1530	4490.52.00	1500
03.30.02	08.244.3014.5820	4490.52.00	1701

## **6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1** Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**6.2** Não poderão participar deste pregão:

**6.2.1.** Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra do Piraí, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.2.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

**6.2.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**6.2.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.2.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.2.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,



trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**6.2.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**6.2.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1.** Para participar do pregão o licitante deverá se credenciar até o horário fixado no tópico 1.1.1 deste edital no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**7.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

**7.1.2.** O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**7.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Barra do Piraí, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **8- ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**8.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente **encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias.**

**8.2.** A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.3.** Na formulação da proposta o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**8.4.** A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

**8.5.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.



**8.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**8.7.** O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**8.8.** A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.1.** A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**9.2.** Ocorrendo Ponto Facultativo ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**9.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**9.4.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

## **10 - FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES**

**10.1.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

**10.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR POR ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**10.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será de **R\$ 0,10** (dez) centavos que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e





registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (caso informado)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.5.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**.

**10.6.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10(dez) minutos** a Sessão do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**10.8.** Não caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios elencados no artigo 60, da Lei 14133/21.

## **11. DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP**

**11.1.** A obtenção de **benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**11.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.3** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e Trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**11.4** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** O julgamento obedecerá ao critério de **menor preço POR ITEM respeitando o valor unitário do item**.

**12.2.** Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.



**12.3.** A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**12.4.** Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o pregoeiro poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

**12.5.** A nova pesquisa de mercado será submetida ao pregoeiro, o qual decidirá fundamentadamente em:

**12.5.1** Retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou

**12.5.2** Submeter o resultado da pesquisa à Autoridade Competente para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

**12.6.** Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o pregoeiro retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com o licitante mais bem classificado.

**12.7.** Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do estimativo, considerando a nova pesquisa de mercado constante no tópico 12.4, caso seja realizada.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação.

**13.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.

**13.3.** A verificação de conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**13.4.** Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão.

**13.5.** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

### **14. DA VISTORIA / AMOSTRA**



**14.1.** O objeto não demandará vistoria prévia.

**14.2.** Não será exigida apresentação de amostra e/ou demonstração.

## **15. DA HABILITAÇÃO**

**15.1** Os licitantes vencedores deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

### **15.1.1 Habilitação Jurídica:**

**15.1.1.1** Para fins de **comprovação da habilitação jurídica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**e)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**f)** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**g)** no caso de exercício de atividade: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei 14.133/21.

**h)** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**i)** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012

**j)** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a





qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**15.1.1.2** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **15.1.2 Qualificação Técnica**

**15.1.2.1** Para fins de **comprovação da qualificação técnica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**15.1.2.2** O licitante vencedor, deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional, relacionado ao objeto, fornecido por pessoa de direito público ou privado;

**15.1.2.3** O Atestado de Capacidade Técnica deverá conter, no mínimo, a razão social completa, endereço e CNPJ/CPF da entidade que o expediu

### **15.1.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**15.1.3.1** Para fins de **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;



**c.3)** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

**d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

#### **15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira**

**15.1.4.1** Para fins de **comprovação da Habilitação Econômico-Financeira**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**a)** **Certidões negativas de falências** expedidas pelos distribuidores da sede do licitante.

**b)** **Em se tratando de Certidões Negativas de Falências** expedidas pelos distribuidores do Estado do Rio de Janeiro, deverão constar informações referente a **Falências**, conforme modelo de certidões (cíveis ou especiais), **modelo fazendário não atende**.

**c)** **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

**d)** **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.**

**e)** **Os documentos referidos na alínea “c” do tópico 15.1.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.**

**f)** **comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

g) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 02(dois) por cento do valor total estimado da contratação ou do item pertinente., consoante art. 69, § 4º da Lei nº 14.133 de 2021.

h) No caso de consórcio, será exigido um acréscimo de 10(dez) por cento sobre o valor exigido de licitante individual, para a habilitação econômico-financeira, com exceção dos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

### **Documentação Complementar**

**15.1.4.2** Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos, desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**ANEXO VII**);

**15.1.4.3** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (**ANEXO VIII**);

**15.1.4.4** Declarações de Inexistência de Penalidade (**ANEXO IX**) e de Requisitos de Habilitação (**ANEXO X**);

**15.1.4.5** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas (**ANEXO XI**);

**15.1.5** Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, **declaração** de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto parágrafo segundo da **Lei Federal nº 14133/2021 (ANEXO XII)**.

**15.1.6 . A empresa vencedora do certame terá o prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, à critério da Administração, **para anexar ao site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) a proposta realinhada, sob pena de desclassificação, e os documentos exigidos para habilitação, sob pena de inabilitação, independente do seu cadastramento via SICAF.**

**15.1.6.1** A prorrogação de que trata o **item 15.1.6**, deverá ser solicitada via chat do sistema

[compras.gov.br](http://compras.gov.br) e a mesma será analisada pela administração.

15.1.7 Não serão aceitos documentos com data de emissão posterior à data da realização do certame, tal medida visa assegurar que todos os licitantes comprovem, no momento oportuno, o atendimento às condições de habilitação e participação, garantindo a isonomia, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes do certame.

15.1.8 Caso o licitante seja declarado vencedor em mais de um item, deverá anexar a documentação de habilitação apenas no primeiro item em que for declarado vencedor, sendo esta considerada válida para os demais itens, desde que permaneça vigente e compatível com as exigências do edital, sendo a ausência de qualquer documento exigido de inteira responsabilidade do licitante, não cabendo alegação de erro, falha ou esquecimento, e o não envio da documentação no prazo e na forma estabelecidos neste edital ensejará sua inabilitação.

15.1.9 Quanto aos documentos destinados a comprovar condições preexistentes, serão considerados válidos aqueles que, por sua natureza, não possuam prazo de validade ou data de expiração expressamente definida no próprio documento ou em legislação específica

15.1.10 O **Pregoeiro** poderá solicitar, a apresentação do original dos documentos ou declaração de autenticidade por advogado, para conferência de autenticidade das cópias.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. Caberá recurso em face de:

**16.1.1** julgamento das propostas;

**16.1.2** ato de habilitação ou inabilitação de licitante

**16.1.3** anulação ou revogação da licitação.

16.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

**16.2.7.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

**16.2.8.** A apreciação se dará em fase única.



**16.2.9.** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

**16.2.10.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**16.2.11.** Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

**16.2.12.** O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

**16.2.13.** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

**16.2.14** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

**16.2.15** O recurso será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.2.16** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **17- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado a autoridade superior que irá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**17.2** Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**17.3** A contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Minuta de Contrato), emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.





**17.4** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, atendendo nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**17.5** Uma vez o licitante vencedor convocado, por escrito, para assinatura do Contrato, o mesmo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**17.6** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições propostas pelo licitante vencedor.

**17.7** Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou da assinatura da ata de registro de preços ou da emissão da nota de empenho, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

## **18 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

**18.2** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**18.3** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

**18.4** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**18.5** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**I** - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**II** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de



mercado observará a classificação original.

**18.5.1** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**I** - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**II** - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**18.6** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**18.6.1** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**18.7** O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público; ou

**II** - a pedido do fornecedor.

**18.8** Poderá ocorrer o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

## **19 DA GARANTIA**

**19.1** No caso de formalização de instrumento contratual, **não será exigido Garantia de Execução do Contrato.**

## **20- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**20.1** A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e



diretamente na conta corrente: nº xxxx, agência: xxxxx, banco: xxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

**20.2** A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, para pagamento a **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**, acompanhada da documentação de comprovação de Regularidade Fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

**20.3** O prazo para pagamento será em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela, com o devido atesto da(s) Nota(s) Fiscal (ais).

**20.4** Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**20.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**20.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**20.7** A forma de pagamento será **conforme termo de referência**.

**20.8** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**20.9** O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base os índices **INPC, IPCA ou IGPM, na forma que atender melhor a economicidade em favor do município** em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**20.10** No caso de serviço contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra ou com predominância de mão-de-obra, serão repactuados, para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, conforme o artigo 135 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**20.11** O imposto sobre a renda retido na forma estabelecida pelo artigo 2º-A, da Instrução Normativa RFB nº 2145 de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal nº 525 de 13/09/2023, deverá ser recolhido, pelo Órgão ou Entidade que efetuar a retenção, a conta do respectivo ente federativo, observado no artigo 7º da IN RFB nº 2145/2023.

## **21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**21.1** O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

**21.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.3** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas do subitem 21.1, consoante ao art. 156,

§ 3º da Lei nº 14.133/21;

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 21.1 letras b, c, d, e, f, g, deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,
- e) pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 21.1 letras h, i, j, k, l, bem como nas infrações dos subitens 21.1 letras b até g que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**21.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.6** A aplicação das sanções previstas neste Edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**21.7** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**21.8** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.





**21.9** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**21.10** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**21.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**21.12** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

## **22 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**22.1** O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**22.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da Ata.

## **23 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**23.1** O contratado não poderá subcontratar partes do serviço ou do fornecimento.

## **24 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1** Compete à autoridade superior anular este pregão por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**24.2** A anulação do pregão induz à da ata de registro de preços.

**24.3** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento



licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**24.4** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**24.5** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**24.6** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

**24.7** Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Barra do Piraí/RJ.

**24.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**24.9** Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Barra do Piraí/RJ, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

**24.10** Durante a vigência do contrato, oriundo da ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente no edital.

**24.11** Acompanham este edital os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Estudo Técnico Preliminar;

**ANEXO II** - Análise de Risco;

**ANEXO III** - Termo de Referência

**ANEXO IV** - Proposta de Preços;

**ANEXO V** – Minuta de Ata de Registro de Preços

**ANEXO VI** - Minuta de Contrato;

**ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Trabalho de Menores;

**ANEXO VIII** - Modelo de Declaração de Custos Trabalhista;



**ANEXO IX** - Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;

**ANEXO X** - Modelo de Declaração de Requisitos de Habilitação.

**ANEXO XI** - Modelo de Declaração Reserva de cargos.

**ANEXO XII** - Modelo de Declaração Benefícios art. 42 a 49 da Lei C. 123/2006;

**ANEXO XIII** - Tabela de Preços Unitários (estimados);

**24.12** No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, ela será remarcada para prosseguimento dos trabalhos, para o próximo dia útil.

**24.13** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.14** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com o auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

## **25 - DO FORO**

**25.1.** O foro da Comarca do Município de Barra do Piraí-RJ é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Barra do Piraí/RJ, 19 de maio de 2026.

---

Lucas Latini

## ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO – 05/2026/FMAS

#### **I. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade demonstrar, de forma técnica, administrativa e econômica, a necessidade da provável aquisição de bens permanentes, compreendendo eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de áudio, multimídia, climatização e ventilação, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e da rede socioassistencial do Município.

A contratação está alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente ao art. 18, §1º, e fundamenta-se na necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades socioassistenciais, garantindo infraestrutura mínima, conforto, segurança e eficiência na execução dos serviços públicos essenciais voltados à população em situação de vulnerabilidade social.

#### **II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)**

##### **II.1) A Necessidade da Contratação:**

A Secretaria Municipal de Assistência Social e seus equipamentos vinculados (CRAS, CREAS, Centro POP, Abrigo Municipal, Programa da Melhor Idade, Programa Bolsa Família e demais unidades) demandam bens permanentes adequados para o pleno desenvolvimento de atividades administrativas, socioeducativas, de convivência, acolhimento institucional e atendimento direto aos usuários.

Os equipamentos pretendidos são indispensáveis para: Realização de oficinas, reuniões técnicas, atividades coletivas e ações comunitárias; Garantia de ambientes climatizados, ventilados e adequados ao atendimento humanizado; Apoio às rotinas internas de preparo, armazenamento e conservação de alimentos; Utilização de recursos audiovisuais e tecnológicos como instrumentos de fortalecimento de vínculos e inclusão social; Manutenção da infraestrutura mínima necessária ao adequado funcionamento das unidades.

##### **II.2) O Problema a ser Resolvido:**

Atualmente, verifica-se a insuficiência e a defasagem de parte dos bens permanentes existentes, decorrente do desgaste natural pelo uso contínuo, obsolescência tecnológica e ampliação das demandas dos serviços socioassistenciais. Tal situação compromete a eficiência administrativa, a qualidade do atendimento e o conforto de usuários e servidores. A ausência de equipamentos adequados pode resultar em prejuízos à execução das políticas públicas de assistência social, impactando diretamente a continuidade, a



qualidade e a humanização dos serviços prestados.

### II.3) O Interesse Público na contratação:

A contratação atende ao interesse público ao garantir condições materiais adequadas para a execução das ações socioassistenciais, fortalecendo a política pública de assistência social e assegurando atendimento digno à população em situação de vulnerabilidade. Trata-se de medida essencial para a continuidade e melhoria dos serviços públicos ofertados pelo Município.

### III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais - PCA?

( X ) SIM                      ( ) NÃO

A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
03.30.02	08.244.3014.1538	4.4.90.52.00	1660
03.30.02	08.244.3014.1533	4.4.90.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1531	4.4.90.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1530	4.4.90.52.00	1500
03.30	08.244.3014.5820	4.4.90.52.00	1701

### IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

**IV.1)** Os bens permanentes a serem adquiridos, possuem padrões de desempenho e qualidade, que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

**IV.2)** Os bens deverão atender as qualificações estabelecidas neste estudo técnico preliminar e no termo de referência.

**IV.3)** A aquisição dos itens de bens permanentes – eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais equipamentos correlatos será efetuada sob demanda, mediante nota de empenho emitida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A contratada deverá prever todo o serviço logístico necessário para entrega, instalação/montagem quando aplicável, conforme indicado nas Notas de Empenho.

**IV.4)** O Objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da EMPRESA VENCEDORA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**IV.5)** Em caso de verificação de algum tipo de irregularidade, todo o material será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.





IV.6) O recebimento da mercadoria não desobriga a EMPRESA VENCEDORA de substituí-la, caso constatado, posteriormente, má qualidade ou defeito, ficando sujeita às penalidades previstas na legislação aplicável.

IV.7) É reservado, ao requisitante, o direito de recusar o recebimento da mercadoria que não atenda às especificações exigidas, que se apresentar visivelmente violada, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.

IV.8) Os Itens serão solicitados conforme detalhamento em requisições, assinada pela Coordenação da Unidade, de acordo com as necessidades da Instituição.

IV.9) Os itens de **Material Permanente** deverão ser entregues, conforme solicitação, nos seguintes locais:

**\*\*SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situada na Rua Paulo de Frontin, 164 - Centro - Barra do Piraí/RJ - CEP: 27123-120, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Nossa Senhora da Conceição, 384 A, Califórnia - Barra do Piraí/RJ - Telefone (24) 3347-8451, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Dona Guilhermina, 84 - Centro - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 2443-1087, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Elias Antônio, 26- Vargem Alegre - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99211-1627, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Vereador Sebastião de Carvalho, S/N- Areal - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99255-8075, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua dos Pracinhas, 21- Centro - Barra do Piraí-RJ, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ABRIGO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, situada na Avenida Cecília, nº 42, Muqueca - Barra do Piraí/RJ - Telefone (24) 2443-2025, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*FAMÍLIA ACOLHEDORA**, situada na Rua Franklin de Moraes, 329 - Centro - Barra do Piraí - RJ, Telefone (24) 2442-4369, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário



de 10h as 15h.

**\*\* PROGRAMA BOLSA FAMILIA**, situado na Rua Moreira dos Santos, 768 – Centro – Barra do Piraí/RJ, (24) 2442-3313, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h as 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**, situado na Rua Cristiano Ottoni, 208- Morro do Gama - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24)2444-4546, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**IV.10)** O prazo para entrega não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de empenho.

**IV.11)** Não será admitida a subcontratação do objeto. Isso significa que a empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do objeto do contrato, desde a aquisição dos bens até a entrega ao órgão contratante.

**IV.12)** No caso de formalização contratual o prazo de vigência contratual será de 12 meses contados a partir da data de assinatura, não haverá prorrogação contratual.

**IV.13)** No caso de formalização contratual haverá previsão de reajuste conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado adotando com base o índice IPCA, IGPM ou outro que substitua, em conformidade a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**IV.14)** Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): A Futura contratada deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter fornecido ou estar fornecendo os materiais, com entregas satisfatórias.

**IV.15)** Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido apresentação de documentos juntamente à proposta de preços.

**IV.16)** Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigida vistoria prévia.

**IV.17)** A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigida apresentação de amostra e/ou demonstração.

**IV.18)** Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.



**IV.19)** Garantia e/ou assistência técnica: Os bens a serem fornecidos deverão possuir prazo de garantia contratual mínimo de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificado individualmente para cada item no Termo de Referência, ou a garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo sempre a que for maior, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

**IV.20)** A exigência de garantia estendida para os itens 9 (Geladeira Frost Free) e 10 (Máquina de Lavar e Secar) mostra-se necessária em razão da natureza dos bens permanentes objeto da contratação, destinados ao atendimento contínuo das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.

Os referidos equipamentos caracterizam-se como eletrodomésticos de uso contínuo e intenso, possuindo sistemas eletroeletrônicos e mecânicos de maior complexidade, o que os torna mais suscetíveis a desgastes e necessidade de manutenção ao longo de sua vida útil. Dessa forma, a garantia estendida busca assegurar maior durabilidade, funcionalidade e continuidade de utilização dos bens adquiridos pela Administração.

Ademais, considerando que o objeto da contratação contempla o fornecimento de bens permanentes com garantia dos itens adquiridos, a ampliação do prazo de cobertura contratual visa resguardar o interesse público, reduzir custos futuros com manutenção corretiva e reposição de equipamentos, bem como evitar prejuízos à execução das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior segurança à Administração quanto à adequada utilização dos equipamentos durante período compatível com sua expectativa de vida útil.

**IV.21)** Na hipótese de instrumento contratual a prorrogação seguirá conforme da Lei Federal nº 14.133/2021

**IV.22)** O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base os índices INPC, IPCA ou IGPM, na forma que atender melhor a economicidade em favor do município em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

**IV.23)** Os itens deverão vir embalados, fechado em embalagem individual, sem violações;

**IV.24)** Deverão ser adquiridos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos recondicionados, reciclados e/ou provenientes de reutilização de material já empregado;

**IV.25)** Os Itens deverão estar acondicionados, adequadamente, em embalagens apropriadas, que garantam a integridade do produto, especificação de peso, data de fabricação VISÍVEIS.

**V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
------	-----------	---------------	-----------------	--------



1	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA DA PORTÁTIL	1508320 Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. (CATMAT: 622157)	UN	01
2	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA DA PORTÁTIL COM 2 MICROFONES SEM FIO	1508321 Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. Itens inclusos: 01 Caixa amplificada, 02 Microfones sem fio, 01 Central para Microfones, 01 Controle, 01 Cabo USB Para Carregamento. (CATMAT: 601776)	UN	04
3	MICROFONE HEADSET CONDENSADOR CARDIOIDE	1508325 Microfone Headset Condensador Cardioide. Com Conexão mini XLR 3 pinos. Timbre encorpado e brilhoso. Utiliza capsula de eletro com padrão unidirecional cardioide adequado para todas as aplicações onde a mobilidade, conforto e som de alta qualidade são necessários. Filtro de espuma interno + anti-puff externo de alta isolamento. Especificações: Resposta de SPL; máximo de entrada: 131 dB em 1 kHz; Padrão polar: Unidirecional Cardioide, Impedância de Saída: 250 ohms 30%, Cabo: 1,2 m, Sensibilidade: - 45 dB, Alimentação: 3V (Bodypack mini XLR 3p) ou 9 V (Adaptador/redutor phantom + 48 V) (CATMAT: 391700)	UN	01



4	HOME THEATER PARA SMART TV	1508328 Home Theater Som Bluetooth para Smart TV e PC, Subwoofer 2.1. Características: Qualidade HI-FI estéreo; Mini Plugue de 3,5 mm P2; Plug & Play, não necessita de instalação de software; Controle de Volume; Compatível com PC, notebook, iPad, Smartphone, MP3 e MP4 players; Sistemas Operacionais: Windows XP e Superiores, MacOS, Linux. Acompanha cabo P2 x RCA. Itens Inclusos: 1 Caixa com Subwoofer, 2 Caixas de Som Satélites, 1 Cabo P2 RCA. [Especificações - Medidas e potências dos Alto-falantes: 1 Subwoofer, 5 polegadas, 15 w RMS; 2 Caixas Satélites, 2 polegadas, 5 w RMS (cada); Potência Total: 25 w RMS - Dimensões Subwoofer: 26,5 x 20,5 15,5 cm - Dimensões Caixas Auxiliares: 10 x 15 x 9 cm - Impedância:	CJ	04
		4 ohms (sub e satélites) - Frequência Satélites: 150 Hz - 20 KHz - Frequência Subwoofer: 40 Hz - 150 Hz - Sensibilidade Satélites: 45 dB - Sensibilidade Subwoofer: 40 dB - Distorção: <0,2% - Voltagem: 110v / 220v] (CATMAT: 605379)		
5	TELEVISOR SMART TV 43 POLEGADAS	1508333 Televisor. Tamanho da Tela: 43 polegadas. Voltagem: Bivolt, Características Adicionais: Smart TV, 4K, Entradas HDMI e USB, Conversor, Tipo Tela: LED, Acessórios: Controle Remoto. (CATMAT: 479242)	UN	04
6	SUPORTE PARA TELEVISOR SMART TV	1508334 Suporte para Televisor Smart TV. Capacidade: 30 a 55 polegadas. (CATMAT: 439503)	UN	04
7	BEBEDOURO 25 LITROS 2 TORNEIRAS EM INOX	1506828 Bebedouro 25 litros 2 torneiras podendo optar por 1 jato totalmente inox, gás ecológico R 134, acompanha filtro e refil, certificado pelo inmetro portaria 344, consumo de energia 18kwh/mês, dimensões altura 1,30m, largura 0,34m comprimento 0,45m. (CATMAT:610437)	UN	04





8	Forno de Microondas - Capacidade mínima de 30 litros	1485139 Forno de Microondas - Capacidade mínima 30 litros. Potência 1.000W a 1.200W. Painel digital com temporizador e prato giratório com diâmetro de 30 cm. De aço inox (interno) e pintura epóxi resistente a respingos (externo). Travamento automático durante a operação. Proteção contra superaquecimento. Garantia de 12 meses. (CATMAT: 391765)	UN	04
9	GELADEIRA FROST FREE	1508217 Geladeira Frost Free. 500 litros, modelo duplex. Freezer mínimo de 150 litros. Dimensões: altura 1,70 a 1,90; Largura 80 cm a 90 cm (com porta fechada). Classe energética A, Selo INMETRO. Consumo mensal máximo de 60 kWh/mês. Iluminação interna. Prateleiras em vidro temperado ajustáveis e resistentes. Garantia de 24 meses.(CATMAT:417245)	UN	03
10	MAQUINA DE LAVAR E SECAR	1508218 Máquina de Lavar e Secar. Lavagem 15 kg (roupa seca) e secagem 10 kg (pós-lavagem).	UN	04
		Tipo frontal (abertura frontal). Classe A, selo INMETRO. Consumo de água máximo de 90 litros por ciclo completo (lavagem e secagem). Mínimo de 8 programas automáticos, incluindo rápido, pesado, delicado, lavagem e frio. Secagem por condensação. Motor inverter e sistema anti-enrugamento e autolimpeza. Estrutura externa em plástico resistente e porta com vedação reforçada. Travas de segurança infantil, proteção contra transbordamento e sobrecarga. Garantia de 24 meses.(CATMAT:438940)		
11	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM	1498573 VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM. (CATMAT:261727)	UN	16



12	VENTILADOR PORTÁTIL DE PÉ, COM BASE ESTÁVEL E ALTURA AJUSTÁVEL	1508219 Ventilador portátil de pé, com base estável e altura ajustável. Ajustável entre 1,0m e 1,5m. Potência mínima 50 W. Sistema de lubrificação permanente e rolamentos vedados. Hélice com 30 cm. Material ABS ou metal revestido. Velocidade mínima de 3 velocidades (controle mecânico). Base larga e antiderrapante (peso mínimo de 3 kg), haste em aço e plástico reforçado. Certificações INMETRO e norma ABNT 60335-2-80. Garantia 12 meses.(CATMAT:345805)	UN	16
13	PLASTIFICADORA LAMINADORA POLISELADORA A3 60 HZ 600W 127V	1506805 Plastificadora laminadora poliseladora a3 60 hz 600w 127v.(CATMAT:388365)	UN	05

**V.1 Justificativa do Quantitativo solicitado:** O quantitativo solicitado para cada item foi definido de acordo com as demandas operacionais e socioassistenciais dos CRAS, CREAS, Centro POP, Abrigo Municipal, Programa da Melhor Idade e da Sede da Secretaria de Assistência Social. A quantidade proposta reflete a necessidade real de uso cotidiano desses serviços, bem como a necessidade de reposição e adequação da estrutura já existente. Os equipamentos de áudio, multimídia e informática foram quantificados considerando a realização frequente de oficinas, reuniões, atividades coletivas, grupos de convivência e

ações comunitárias, que exigem suporte tecnológico adequado para garantir boa comunicação e participação dos usuários. Já os eletrodomésticos, ventiladores, bebedouros e demais itens permanentes tiveram seus quantitativos calculados com base no fluxo diário de atendimento, na rotina de preparo e armazenamento de alimentos, higienização de materiais e na necessidade de oferecer ambientes seguros, confortáveis e apropriados tanto para usuários quanto para servidores. Dessa forma, o quantitativo proposto atende aos critérios de eficiência, economicidade e funcionalidade, assegurando que cada unidade da rede socioassistencial possa desempenhar suas atividades com qualidade e continuidade, fortalecendo o atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

## **VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO** (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Para atendimento da necessidade verificada, necessita-se de uma empresa que possua o ramo de atividade compatível com o objeto almejado. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração, não sendo observadas maiores variações, quanto à execução do objeto, no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

Visando a prospecção e análise das alternativas possíveis para atender a demanda, observa-se duas possíveis soluções, cuja análise consta a seguir:

### **Locação**

**Vantagem:** As despesas com manutenção e reparo são geralmente responsabilidade da empresa de locação, reduzindo custos adicionais.

**Desvantagens:** Dependendo dos termos do contrato de locação, pode haver limitações ou exigências específicas relacionadas ao seguro para cobrir danos ou perdas, o que pode adicionar complexidade à gestão dos eletros. A locação é mais adequada para necessidades temporárias. Se você precisar de eletrodomésticos e eletroeletrônicos por um período indefinido ou muito longo, a locação pode não ser a solução mais econômica ou prática.

### **Aquisição**

**Vantagem:** Ao comprar eletrodomésticos e eletroeletrônicos, você é o proprietário, o que significa que pode usar e modificar os móveis conforme desejar sem restrições de contrato. Móveis de boa qualidade podem durar muitos anos, oferecendo um investimento de longo prazo que pode ser mais econômico a longo prazo em comparação com a locação contínua. Ao adquirir móveis, você evita os termos e condições de contratos de locação, como períodos mínimos, taxas de cancelamento e penalidades por danos. Você pode manter os móveis pelo tempo que desejar, sem a preocupação de devolução ou renovação de contrato. Para necessidades de longo prazo, a compra pode ser mais econômica do que a locação contínua, especialmente se você pretende usar os móveis por muitos anos.

**Desvantagens:** Custos de manutenção e depreciação; e desfazimento ao final da vida útil. Entretanto, estes custos são absorvidos de forma gradual ao longo do tempo.



Considerando aspectos técnicos/econômicos, conforme considerações acima, conclui-se que há viabilidade da Aquisição dos Materiais Permanentes, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

O valor estimado é de R\$ 76.607,47 (Setecentos e seis mil, seiscentos e sete reais e quarenta e sete centavos), conforme mapa de cotação.

Os valores unitários referenciais serão incluídos aos autos posteriormente, por meio de mapa de cotação, elaborado com base em levantamento de preços realizado em sítios eletrônicos especializados, no Painel de Preços e fornecedores locais.

## **VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

**VIII.1)** A aquisição de itens de Material Permanente – lacradas, embaladas, sem violações, dentro dos padrões estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, com marca, procedência e validade impressas nos rótulos dos produtos.

**VIII.2)** A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que os itens serão solicitados através de requisição e deverão ser entregues e montados em lugares diferentes.

**VIII.3)** A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que, nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento.

**VIII.4)** O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

**VIII.5)** Garantia e/ou assistência técnica: Os bens a serem fornecidos deverão possuir prazo de garantia contratual mínimo de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificado individualmente para cada item no Termo de Referência, ou a garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo sempre a que for maior, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto;

**VIII.6)** A exigência de garantia estendida para os itens 9 (Geladeira Frost Free) e 10 (Máquina de Lavar e Secar) mostra-se necessária em razão da natureza dos bens permanentes objeto da contratação, destinados ao atendimento contínuo das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.

Os referidos equipamentos caracterizam-se como eletrodomésticos de uso contínuo e intenso, possuindo sistemas eletroeletrônicos e mecânicos de maior complexidade, o que os torna mais suscetíveis a desgastes e necessidade de manutenção ao longo de sua vida útil. Dessa forma, a garantia estendida busca assegurar maior durabilidade,



funcionalidade e continuidade de utilização dos bens adquiridos pela Administração.

Ademais, considerando que o objeto da contratação contempla o fornecimento de bens permanentes com garantia dos itens adquiridos, a ampliação do prazo de cobertura contratual visa resguardar o interesse público, reduzir custos futuros com manutenção corretiva e reposição de equipamentos, bem como evitar prejuízos à execução das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior segurança à Administração quanto à adequada utilização dos equipamentos durante período compatível com sua expectativa de vida útil.

**VIII.7)** A garantia inclui a substituição do material defeituoso;

**VIII.8)** Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução do contrato.

## **IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

A provável aquisição será dividida em itens unitários, com vistas a estimular maior disputa, com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo, assim, a ampla concorrência. Acredita-se que tal medida permitirá a maximização do número de fornecedores envolvidos no certame.

## **X. RESULTADOS PRETENDIDOS** (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Os resultados pretendidos visam a estruturação de ambientes de trabalho adequado, em bom estado. Renovação do acervo patrimonial, com a substituição de materiais cuja manutenção se tornou antieconômica, ou que tenham sofrido desgaste inevitável do tempo.

## **XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS** (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Não serão necessárias adequações, tampouco capacitação de servidores, dado que, para a aplicação da solução indicada, a estrutura física e de pessoal da SMAS, conta com capacidade para implantação imediata.

## **XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Não há, no âmbito desta secretaria, contratações correlatas com o objeto da contratação em exame neste documento.

## **XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário, tão somente, que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental.

## **XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)



PREFEITURA  
**BARRA DO PIRAI**  
ORGULHO DE SER BARRENSE

# Secretaria Municipal de Assistência Social

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Barra do Piraí, 04 de fevereiro de 2026

Taiane da Silva Menezes de Andrade  
SMAS-PMBP - Mat. 13513





**ANEXO II**  
**ANÁLISE DE RISCOS**

**IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, compreendendo ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS e demais equipamentos correlatos, conforme especificações detalhadas neste documento, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos.

**FASE DE ANÁLISE**

( x ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

( ) Gestão do Contrato

**RISCO 01**

**Risco:** Atraso na entrega do objeto.

**Causa:** Descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência ou no contrato por parte da empresa vencedora, podendo decorrer de falhas no planejamento logístico, indisponibilidade de estoque ou dificuldades operacionais do fornecedor.

**Consequência:** Comprometimento da disponibilização dos equipamentos necessários ao funcionamento das unidades socioassistenciais, podendo gerar atraso na estruturação dos serviços e risco de desabastecimento.

<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta

**Dano Potencial:** Prestação de serviços de forma incompleta ou inadequada, em razão da ausência dos equipamentos necessários para atender plenamente as demandas do Abrigo Municipal e demais unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social.

	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Antecipar o envio das solicitações de fornecimento ao fornecedor, possibilitando melhor planejamento logístico para entrega.	Setor de Almoxarifado
<b>2.</b>	Planejar e racionalizar a distribuição dos equipamentos conforme as prioridades das unidades atendidas.	Setor de Almoxarifado
<b>3.</b>	Estabelecer prazos claros e compatíveis com o mercado no Termo de Referência e no contrato.	Setor de compras
	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Aplicar as penalidades administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.	Setor Jurídico



2.	Avaliar novas alternativas de contratação ou convocação de fornecedor remanescente para suprimento da demanda.				Setor de Compras	
RISCO 02						
Risco: Paralisação do processo no momento do bloqueio orçamentário.						
Causa: Indisponibilidade ou contingenciamento de recursos orçamentários destinados à contratação, podendo ocorrer em decorrência de limitações financeiras ou ajustes na execução do orçamento anual.						
Consequência: Impossibilidade de prosseguimento da contratação e não atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.						
Probabilidade:	x	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Dano Potencial: Encerramento da licitação sem êxito ou impossibilidade de formalização do contrato, comprometendo a aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento das unidades assistenciais.						
	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Informar previamente ao Setor Financeiro sobre a necessidade e relevância da contratação, visando garantir a previsão e alocação de recursos orçamentários.				Setor de Compras	
	Planejar a contratação em consonância com o planejamento orçamentário da Administração.				Setor Financeiro	
	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Avaliar a possibilidade de remanejamento de recursos previstos no orçamento anual.				Setor Financeiro	
	Reprogramar a contratação para momento oportuno dentro do exercício financeiro.				Planejamento	

RISCO 03						
<b>Risco:</b> Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas.						
<b>Causa:</b> Falha na interpretação das especificações do Termo de Referência por parte do fornecedor ou tentativa de fornecimento de produto de qualidade inferior.						
<b>Consequência:</b> Recebimento de equipamentos incompatíveis com a necessidade da Administração, comprometendo a utilização adequada dos bens.						
<b>Probabilidade:</b>	x	Baixa		Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<b>Dano Potencial:</b> Impossibilidade de utilização dos equipamentos adquiridos, necessidade de substituição dos itens e atraso na estruturação das unidades socioassistenciais.						



	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Elaborar especificações técnicas claras e detalhadas no Termo de Referência.	Setor de Compras
2.	Realizar conferência rigorosa dos produtos no momento do recebimento.	Setor de Almoxarifado
	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Recusar o recebimento dos itens em desacordo com as especificações e exigir substituição pelo fornecedor.	Setor de Almoxarifado
2.	Aplicar penalidades contratuais cabíveis.	Setor Jurídico
<b>RISCO 04</b>		
<b>Risco:</b> Falha ou defeito nos equipamentos após a entrega. <b>Causa:</b> Problemas de fabricação, transporte inadequado ou baixa qualidade dos equipamentos fornecidos. <b>Consequência:</b> Interrupção do uso dos equipamentos e prejuízo ao funcionamento das unidades assistenciais.		
<b>Probabilidade:</b>		Baixa x Média Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa Média X Alta
<b>Dano Potencial:</b> Comprometimento das atividades desenvolvidas nas unidades socioassistenciais e necessidade de manutenção ou substituição dos equipamentos.		
	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Exigir garantia mínima dos equipamentos no Termo de Referência.	Setor de Compras
2.	Verificar a integridade dos equipamentos no ato da entrega.	Setor de Almoxarifado
	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Acionar a garantia do fabricante ou fornecedor para reparo ou substituição do equipamento	Setor Patrimônio
2.	Registrar ocorrência e acompanhar a solução junto ao fornecedor.	Setor de Compras

#### RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

_____ Identificação e assinatura	Taiane da Silva Menezes de Andrade Matr.13513 Identificação e assinatura
-------------------------------------	--

Barra do Piraí, 12 de março de 2026

## ANEXO III

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)**

- 1.1 **Descrição do objeto:** Este Termo de Referência tem como objeto a PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, compreendendo ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS e demais equipamentos correlatos, conforme especificações detalhadas neste documento, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos.

#### **1.2 Especificação do produto/quantitativos:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL	UN	01
2	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL COM 2 MICROFONES SEM FIO	UN	04
3	MICROFONE HEADSET CONSENSADOR CARDIOIDE	UN	01
4	HOME THEATER PARA SMART TV	CJ	04
5	TELEVISOR SMART TV 43 POLEGADAS	UN	04
6	SUPORTE PARA TELEVISOR SMART TV	UN	04
7	BEBEDOURO 25 LITROS 2 TORNEIRAS EM INOX	UN	04
8	FORNO DE MICROONDAS - CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS	UN	04
9	GELADEIRA FROST FREE	UN	03
10	MAQUINA DE LAVAR E SECAR	UN	04
11	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM	UN	16
12	VENTILADOR PORTÁTIL DE PÉ, COM BASE ESTÁVEL E ALTURA AJUSTÁVEL	UN	16
13	PLASTIFICADORA LAMINADORA POLISELADORA A3 60 HZ 600W 127V	UN	05

#### **2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)**

- 2.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): Em caso de formalização contratual, o mesmo terá vigência inicial de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 2.2. Prorrogação do Contrato: Não se aplica a prorrogação contratual, em razão de tratar-se de aquisição de bem com entrega única.
- 2.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): Com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observando-se o disposto no art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**3.1. Justifica-se, face ao interesse público,** que a provável aquisição dos itens listados é essencial para atender às demandas operacionais e socioassistenciais dos CRAS, CREAS, Centro POP, Abrigo Municipal e Programa da Melhor Idade, garantindo melhores condições de atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Os equipamentos de áudio, multimídia e informática possibilitarão a realização de oficinas, reuniões, atividades educativas e ações de convivência, fortalecendo vínculos comunitários e qualificando as práticas socioassistenciais. Já os eletrodomésticos, ventiladores e bebedouros são necessários para assegurar ambientes adequados, humanizados e confortáveis para usuários e trabalhadores, além de permitir o armazenamento de alimentos, a higienização de materiais e o apoio às rotinas internas. A aquisição também se justifica pela necessidade de manter em pleno funcionamento os serviços da Sede da Assistência Social e seus 9 (nove) equipamentos, garantindo materiais permanentes que apoiam a execução das atividades essenciais ao cumprimento das funções administrativas e socioassistenciais desta Secretaria. Os itens previstos são fundamentais para a realização de reuniões de equipe, atividades com os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e ações voltadas à população do território, bem como para que os servidores desempenhem suas tarefas cotidianas em um ambiente adequado, organizado e funcional. Dessa forma, trata-se de aquisição de notório interesse público, indispensável para a continuidade e melhoria dos serviços prestados à comunidade.

### 3.2. Metodologia do quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	CAIXA DE SOM AMPLIFICA DA PORTÁTIL	1508320 Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. (CATMAT: 622157)	UN	01
2	CAIXA DE SOM AMPLIFICA DA PORTÁTIL COM 2 MICROFONES SEM FIO	1508321 Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. Itens inclusos: 01 Caixa amplificada, 02 Microfones sem fio, 01 Central para Microfones, 01 Controle, 01 Cabo USB Para Carregamento. (CATMAT: 601776)	UN	04
3	MICROFON E HEADSET	1508325 Microfone Headset Condensador Cardioide.	UN	01

	CONSENSADOR CARDIOIDE	Com Conexão mini XLR 3 pinos. Timbre encorpado e brilhoso. Utiliza capsula de eletro com padrão unidirecional cardioide adequado para todas as aplicações onde a mobilidade, conforto e som de alta qualidade são necessários. Filtro de espuma interno + anti-puff externo de alta isolamento. Especificações: Resposta de SPL; máximo de entrada: 131 dB em 1 kHz; Padrão polar: Unidirecional Cardioide, Impedância de Saída: 250 ohms 30%, Cabo: 1,2 m, Sensibilidade: - 45 dB, Alimentação: 3V (Bodypack mini XLR 3p) ou 9 V (Adaptador/redutor phantom + 48 V) (CATMAT: 391700)		
4	HOME THEATER PARA SMART TV	1508328 Home Theater Som Bluetooth para Smart TV e PC, Subwoofer 2.1. Características: Qualidade HI-FI estéreo; Mini Plugue de 3,5 mm P2; Plug & Play, não necessita de instalação de software; Controle de Volume; Compatível com PC, notebook, iPad, Smartphone, MP3 e MP4 players; Sistemas Operacionais: Windows XP e Superiores, MacOS, Linux. Acompanha cabo P2 x RCA. Itens Inclusos: 1 Caixa com Subwoofer, 2 Caixas de Som Satélites, 1 Cabo P2 RCA. [Especificações - Medidas e potências dos Alto-falantes: 1 Subwoofer, 5 polegadas, 15 w RMS; 2 Caixas Satélites, 2 polegadas, 5 w RMS (cada); Potência Total: 25 w RMS - Dimensões Subwoofer: 26,5 x 20,5 15,5 cm - Dimensões Caixas Auxiliares: 10 x 15 x 9 cm - Impedância: 4 ohms (sub e satélites) - Frequência Satélites: 150 Hz - 20 KHz - Frequência Subwoofer: 40 Hz - 150 Hz - Sensibilidade Satélites: 45 dB - Sensibilidade Subwoofer: 40 dB - Distorção: <0,2% - Voltagem: 110v / 220v] (CATMAT: 605379)	CJ	04
5	TELEVISOR SMART TV 43 POLEGADAS	1508333 Televisor. Tamanho da Tela: 43 polegadas. Voltagem: Bivolt, Características Adicionais: Smart TV, 4K, Entradas HDMI e USB, Conversor, Tipo Tela: LED, Acessórios: Controle Remoto. (CATMAT: 479242)	UN	04
6	SUPORTE PARA TELEVISOR SMART TV	1508334 Suporte para Televisor Smart TV. Capacidade: 30 a 55 polegadas. (CATMAT: 439503)	UN	04
7	BEBEDOUR O 25 LITROS 2 TORNEIRAS EM INOX	1506828 Bebedouro 25 litros 2 torneiras podendo optar por 1 jato totalmente inox, gás ecológico R 134, acompanha filtro e refil, certificado pelo inmetro portaria 344, consumo de energia 18kwh/mês, dimensões	UN	04



		altura 1,30m, largura 0,34m comprimento 0,45m. (CATMAT:610437)		
8	Forno de Microondas - Capacidade mínima de 30 litros	1485139 Forno de Microondas - Capacidade mínima 30 litros. Potência 1.000W a 1.200W. Pannel digital com temporizador e prato giratório com diâmetro de 30 cm. De aço inox (interno) e pintura epóxi resistente a respingos (externo). Travamento automático durante a operação. Proteção contra superaquecimento. Garantia de 12 meses. (CATMAT: 391765)	UN	04
9	GELADEIRA FROST FREE	1508217 Geladeira Frost Free. 500 litros, modelo duplex. Freezer mínimo de 150 litros. Dimensões: altura 1,70 a 1,90; Largura 80 cm a 90 cm (com porta fechada). Classe energética A, Selo INMETRO. Consumo mensal máximo de 60 kWh/mês. Iluminação interna. Prateleiras em vidro temperado ajustáveis e resistentes. Garantia de 24 meses.(CATMAT:417245)	UN	03
10	MAQUINA DE LAVAR E SECAR	1508218 Máquina de Lavar e Secar. Lavagem 15 kg (roupa seca) e secagem 10 kg (pós-lavagem). Tipo frontal (abertura frontal). Classe A, selo INMETRO. Consumo de água máximo de 90 litros por ciclo completo (lavagem e secagem). Mínimo de 8 programas automáticos, incluindo rápido, pesado, delicado, lavagem e frio. Secagem por condensação. Motor inverter e sistema anti-enrugamento e autolimpeza. Estrutura externa em plástico resistente e porta com vedação reforçada. Travas de segurança infantil, proteção contra transbordamento e sobrecarga. Garantia de 24 meses.(CATMAT:438940)	UN	04
11	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM	1498573 VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM. (CATMAT:261727)	UN	16
12	VENTILADOR PORTÁTIL DE PÉ, COM BASE ESTÁVEL E ALTURA AJUSTÁVEL	1508219 Ventilador portátil de pé, com base estável e altura ajustável. Ajustável entre 1,0m e 1,5m. Potência mínima 50 W. Sistema de lubrificação permanente e rolamentos vedados. Hélice com 30 cm. Material ABS ou metal revestido. Velocidade mínima de 3 velocidades (controle mecânico). Base larga e antiderrapante (peso mínimo de 3 kg), haste em aço e plástico reforçado. Certificações INMETRO e norma ABNT 60335-2-80. Garantia 12 meses.(CATMAT:345805)	UN	16

13	PLASTIFICADORA LAMINADORA POLISELADORA A3 60 HZ 600W 127V	1506805 Plastificadora laminadora poliseladora a3 60 hz 600w 127v.(CATMAT:388365)	UN	05
----	---	--	----	----

**3.3. Justificativa do Quantitativo solicitado:** O quantitativo solicitado para cada item foi definido de acordo com as demandas operacionais e socioassistenciais dos CRAS, CREAS, Centro POP, Abrigo Municipal, Programa da Melhor Idade e da Sede da Secretaria de Assistência Social. A quantidade proposta reflete a necessidade real de uso cotidiano desses serviços, bem como a necessidade de reposição e adequação da estrutura já existente. Os equipamentos de áudio, multimídia e informática foram quantificados considerando a realização frequente de oficinas, reuniões, atividades coletivas, grupos de convivência e ações comunitárias, que exigem suporte tecnológico adequado para garantir boa comunicação e participação dos usuários. Já os eletrodomésticos, ventiladores, bebedouros e demais itens permanentes tiveram seus quantitativos calculados com base no fluxo diário de atendimento, na rotina de preparo e armazenamento de alimentos, higienização de materiais e na necessidade de oferecer ambientes seguros, confortáveis e apropriados tanto para usuários quanto para servidores. Dessa forma, o quantitativo proposto atende aos critérios de eficiência, economicidade e funcionalidade, assegurando que cada unidade da rede socioassistencial possa desempenhar suas atividades com qualidade e continuidade, fortalecendo o atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

4.1. Estudo Técnico Preliminar nº 01/2026/FMAS (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

5.1 Para o atendimento da necessidade identificada, optou-se pela provável aquisição dos bens permanentes relacionados no item 1.2. e 3.2.

5.2 Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução do contrato.

5.3 A provável aquisição de Bens Permanentes, deverá ocorrer com produtos lacrados, embalados, sem sinais de violações, dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência, com marca, procedência e demais informações nos rótulos dos produtos.

5.4 A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que os itens serão solicitados através de requisição e deverão ser entregues em lugares diferentes.

5.5 A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que, nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas,

tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na aquisição.

- 5.6 O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)**

- 6.1. Os itens de bens permanentes – eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais equipamentos correlatos, a serem adquiridos, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

- 6.2. Os produtos de bens permanentes – eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais equipamentos correlatos devem atender às qualificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no presente Termo de Referência.

- 6.3. Garantia e/ou assistência técnica: Os bens a serem fornecidos deverão possuir prazo de garantia contratual mínimo de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificado individualmente para cada item no Termo de Referência, ou a garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo sempre a que for maior, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto;

- 6.4. A exigência de garantia estendida para os itens 9 (Geladeira Frost Free) e 10 (Máquina de Lavar e Secar) mostra-se necessária em razão da natureza dos bens permanentes objeto da contratação, destinados ao atendimento contínuo das demandas do Fundo Municipal de Assistência Social.

Os referidos equipamentos caracterizam-se como eletrodomésticos de uso contínuo e intenso, possuindo sistemas eletroeletrônicos e mecânicos de maior complexidade, o que os torna mais suscetíveis a desgastes e necessidade de manutenção ao longo de sua vida útil. Dessa forma, a garantia estendida busca assegurar maior durabilidade, funcionalidade e continuidade de utilização dos bens adquiridos pela Administração.

Ademais, considerando que o objeto da contratação contempla o fornecimento de bens permanentes com garantia dos itens adquiridos, a ampliação do prazo de cobertura contratual visa resguardar o interesse público, reduzir custos futuros com manutenção corretiva e reposição de equipamentos, bem como evitar prejuízos à execução das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, proporcionando maior segurança à Administração quanto à adequada utilização dos equipamentos durante período compatível com sua expectativa de vida útil.

- 6.5. A garantia deverá incluir a substituição do material defeituoso;

- 6.6. A aquisição dos itens de bens permanentes – eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais equipamentos correlatos será efetuada sob demanda, mediante nota de empenho emitida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A contratada deverá prever todo o serviço logístico necessário para entrega,



instalação/montagem quando aplicável, conforme indicado nas Notas de Empenho.

- 6.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do contrato, desde a aquisição dos bens até a entrega ao órgão contratante.
- 6.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da empresa vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.9. Em caso de verificação de qualquer irregularidade, todo o material será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da empresa fornecedora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 6.10. O recebimento da mercadoria não desobriga a empresa vencedora de substituí-la, caso seja constatada má qualidade ou defeito posteriormente, ficando sujeita às penalidades previstas na legislação aplicável.
- 6.11. É reservado ao requisitante o direito de recusar o recebimento da mercadoria que não atenda às especificações exigidas, que se apresente violada ou que apresente qualquer outra irregularidade.
- 6.12. Os itens deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, que garantam a integridade do produto, com especificação de peso, e demais informações visíveis.
- 6.13. Os itens deverão vir embalados e fechados individualmente, sem sinais de violação.
- 6.14. Qualificação Técnica (art. 67, Lei 14.133/2021): A futura contratada deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência no fornecimento de bens permanentes – eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais equipamentos correlatos, com entregas satisfatórias.
- 6.15. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigida.
- 6.16. Vistoria prévia (observados §§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigida.
- 6.17. Apresentação de amostra e/ou demonstração (observado § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigida.
- 6.18. Devem ser adquiridos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos recondicionados, reciclados ou provenientes de reutilização de material já empregado.
- 6.19. Garantia e/ou assistência técnica: Os bens a serem fornecidos deverão possuir prazo de garantia contratual mínimo de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificado individualmente para cada item no Termo de Referência, ou a



garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo sempre a que for maior, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto;

- 6.20.** A exigência de garantia mínima de 24 meses para os itens 09 (Frigobar) e 10 (Lava e Seca) justifica-se pela especificidade do uso contínuo e severo em regime de plantão/acolhimento institucional (Abrigo e Centro POP), visando mitigar riscos de interrupção de serviços essenciais e reduzir custos futuros com manutenção corretiva pela Administração

## **7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)**

- 7.1.** O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de emissão do empenho

- 7.2.** Os Bens Permanentes deverão ser entregues, conforme solicitação, nos seguintes locais:

**\*\*SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situada na Rua Paulo de Frontin, 164 - Centro - Barra do Piraí/RJ - CEP: 27123-120, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Nossa Senhora da Conceição, 384 A, Califórnia - Barra do Piraí/RJ - Telefone (24) 3347-8451, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Dona Guilhermina, 84 - Centro - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 2443-1087, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Elias Antônio, 26- Vargem Alegre - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99211-1627, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua Vereador Sebastião de Carvalho, S/N- Areal - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24) 99255-8075, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, situado na Rua dos Pracinhas, 21- Centro - Barra do Piraí-RJ, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*ABRIGO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, situada na Avenida Cecília, nº 42, Muqueca - Barra do Piraí/RJ - Telefone (24) 2443-2025, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

**\*\*FAMÍLIA ACOLHEDORA**, situada na Rua Franklin de Moraes, 329 - Centro - Barra do



Pirai – RJ, Telefone (24) 2442-4369, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h as 15h.

**\*\*CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**, situado na Rua Cristiano Ottoni, 208- Morro do Gama - Barra do Piraí-RJ, Telefone (24)2444-4546, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 10h às 15h.

- 7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 07 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).
- 7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto (conforme art. 140, § 2º).

## 8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)**

- 8.1. A execução do objeto ocorrerá de forma direta, mediante a entrega dos bens pela empresa contratada ao Fundo Municipal de Assistência Social, obedecendo às condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

- 8.2. A contratada será responsável por:

8.2.1. **Fornecimento dos bens** novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, conforme descrições técnicas constantes neste documento;

8.2.2. **Entrega** dos itens no endereço indicado pela Administração, dentro do prazo estipulado no instrumento contratual;

8.2.3. **Instalação e/ou montagem**, quando aplicável, incluindo todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários para pleno funcionamento do equipamento;

8.2.4. **Testes operacionais** dos equipamentos instalados, assegurando seu funcionamento adequado no ato da entrega;

8.2.5. **Treinamento básico** aos servidores designados, quando necessário à operação do equipamento;

8.2.6. **Garantia** dos bens, nos prazos e condições previstas neste Termo de Referência e nos manuais do fabricante;

8.2.7. **Assistência técnica** durante o período de garantia, sem custos adicionais para a Administração.

### 8.2.8. **Garantia do Bem**

As obrigações relativas à garantia subsistirão pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, no que couber, contados a partir do recebimento definitivo,





independentemente do encerramento da vigência contratual, conforme dispõe o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.9. A comprovação, o escopo e as regras específicas da garantia exigida para cada produto estão definidos na descrição técnica do respectivo item

## **9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, desconformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Haverá a formalização de termo de contrato, sendo substituído pela nota de empenho

## **10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)**

10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)**

11.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? ( x ) sim ou ( ) não

11.2. Qual critério de Julgamento será utilizado?

Menor Preço.

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)**

12.1. O valor estimado é de R\$ 63.884,60 (Sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme mapa de cotação.

12.2. Os valores unitários referenciais serão incluídos aos autos posteriormente, por meio de mapa de cotação, elaborado com base em levantamento de preços realizado em sítios



eletrônicos especializados, no Pannel de Preços e fornecedores locais.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

13.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
03.30.02	08.244.3014.1538	4.4.90.52.00	1660
03.30.02	08.244.3014.1533	4.4.90.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1531	4.4.90.52.00	1500-1660-1661
03.30.02	08.244.3014.1530	4.4.90.52.00	1500
03.30	08.244.3014.5820	4.4.90.52.00	1701

## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não há disposições gerais.

## 15. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA


16.1 Não há anexos.

Barra do Piraí, 10 de dezembro de 2025

Taiane da Silva Menezes de Andrade  
SMAS/BP - 13513



ANEXO IV

 <p>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL ANEXO IV – fl. 01</p>						
<b>Proposta de Preços</b>			Licitação por: <b>Pregão Eletrônico SRP</b> A realizar-se em: ____/____/____ às ____hs. Requisição: nº			
A empresa ao lado propõe-se a entregar o material à Prefeitura de Municipal de Barra do Piraí pelos preços assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Pregão Eletrônico SRP N° ____/20____			<b>CARIMBO DA FIRMA</b>			
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Marca	Preço Unitário	PREVISÃO DE CUSTO R\$ SUBTOTAL
		<b>PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, compreendendo ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS.</b> conforme especificações e quantidades, estabelecidas em Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.				
Valor Total por Extenso: (_____)			<b>TOTAL</b>			
<u><b>OBSERVAÇÕES:</b></u>			<b>Prazo de execução:</b> <b>Validade da Proposta De Preços (preços válidos), por: 60 (sessenta) dias</b> <b>Local da execução:</b> Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente Em ____/____/____			
Obs.: Informar dados bancários:  Banco: _____ Nº _____  Agência: _____ C/c: _____			<b>Firma Proponente</b>			



**Tabela de Preços Unitários (Estimados)**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDI DA	QUANTI DADE	MARC A	VALO R UNIT	VALOR TOTAL
1	Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. (CATMAT: 622157)	Und	01			
2	Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. Itens inclusos: 01 Caixa amplificada, 02 Microfones sem fio, 01 Central para Microfones, 01 Controle, 01 Cabo USB Para Carregamento. (CATMAT: 601776)	Und	04			
3	Microfone Headset Condensador Cardioide. Com Conexão mini XLR 3 pinos. Timbre encorpado e brilhoso. Utiliza capsula de eletro com padrão unidirecional cardioide adequado para todas as aplicações onde a mobilidade, conforto e som de alta qualidade são necessários. Filtro de espuma interno + anti-puff externo de alta isolamento. Especificações: Resposta de SPL; máximo de entrada: 131 dB em 1 kHz; Padrão polar: Unidirecional Cardioide, Impedância de Saída: 250 ohms 30%, Cabo: 1,2 m, Sensibilidade: - 45 dB, Alimentação: 3V (Bodypack mini XLR 3p) ou 9 V (Adaptador/redutor phantom + 48 V) (CATMAT: 391700)	Und	01			
4	Home Theater Som Bluetooth para Smart TV e PC, Subwoofer 2.1. Características: Qualidade HI-FI estéreo; Mini Plugue de 3,5 mm P2; Plug & Play, não necessita de instalação de software; Controle de Volume; Compatível com PC, notebook,	Und	04			



	iPad, 04 Smartphone, MP3 e MP4 players; Sistemas Operacionais: Windows XP e Superiores, MacOS, Linux. Acompanha cabo P2 x RCA. Itens Inclusos: 1 Caixa com Subwoofer, 2 Caixas de Som Satélites, 1 Cabo P2 RCA. [Especificações - Medidas e potências dos Altofalantes: 1 Subwoofer, 5 polegadas, 15 w RMS; 2 Caixas Satélites, 2 polegadas, 5 w RMS (cada); Potência Total: 25 w RMS - Dimensões Subwoofer: 26,5 x 20,5 15,5 cm - Dimensões Caixas Auxiliares: 10 x 15 x 9 cm - Impedância: 4 ohms (sub e satélites) - Frequência Satélites: 150 Hz - 20 KHz - Frequência Subwoofer: 40 Hz - 150 Hz - Sensibilidade Satélites: 45 dB - Sensibilidade Subwoofer: 40 dB - Distorção: <0,2% - Voltagem: 110v / 220v] (CATMAT: 605379)					
5	Televisor. Tamanho da Tela: 43 polegadas. Voltagem: Bivolt, Características Adicionais: Smart TV, 4K, Entradas HDMI e USB, Conversor, Tipo Tela: LED, Acessórios: Controle Remoto. (CATMAT: 479242)	Und	04			
6	Suporte para Televisor Smart TV. Capacidade: 30 a 55 polegadas. (CATMAT: 439503)	Und	04			
7	Bebedouro 25 litros 2 torneiras podendo optar por 1 jato totalmente inox, gás ecológico R 134, acompanha filtro e refil, certificado pelo inmetro portaria 344, consumo de energia 18kwh /mês, dimensões altura 1,30m, largura 0,34m comprimento 0,45m. (CATMAT:610437)	Und	04			
8	Forno de Microondas - Capacidade mínima 30 litros. Potência 1.000W a 1.200W. Pannel digital com temporizador e prato giratório com diâmetro de 30 cm. De aço inox (interno) e pintura epóxi resistente a respingos (externo). Travamento automático durante a operação. Proteção contra superaquecimento. Garantia de 12 meses. (CATMAT: 391765)	Und	04			
9	Geladeira Frost Free. 500 litros, modelo duplex. Freezer mínimo de 150 litros. Dimensões: altura 1,70 a 1,90; Largura 80 cm a 90 cm (com porta fechada). Classe energética A, Selo INMETRO. Consumo mensal máximo de 60 kWh/mês. Iluminação interna. Prateleiras em vidro temperado ajustáveis e resistentes. Garantia de 24 meses.(CATMAT:417245)	Und	03			
10	Máquina de Lavar e Secar. Lavagem 15 kg (roupa seca) e secagem 10 kg (pós-lavagem). Tipo frontal (abertura frontal). Classe A, selo INMETRO. Consumo de água máximo de 90 litros por ciclo completo (lavagem e secagem). Mínimo de 8 programas automáticos, incluindo rápido, pesado, delicado, lavagem e	Und	04			



	frio. Secagem por condensação. Motor inverter e sistema anti-enrugamento e autolimpeza. Estrutura externa em plástico resistente e porta com vedação reforçada. Travas de segurança infantil, proteção contra transbordamento e sobrecarga. Garantia de 24 meses.(CATMAT:438940)					
11	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM. (CATMAT:261727)	Und	16			
12	Ventilador portátil de pé, com base estável e altura ajustável. Ajustável entre 1,0m e 1,5m. Potência mínima 50 W. Sistema de lubrificação permanente e rolamentos vedados. Hélice com 30 cm. Material ABS ou metal revestido. Velocidade mínima de 3 velocidades (controle mecânico). Base larga e antiderrapante (peso mínimo de 3 kg), haste em aço e plástico reforçado. Certificações INMETRO e norma ABNT 60335-2-80. Garantia 12 meses.(CATMAT:345805)	Und	16			
13	Plastificadora laminadora poliseladora a3 60 hz 600w 127v.(CATMAT:388365)	Und	05			
	<b>Valor total</b>					





ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA  
PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE  
BENS, PERMANENTES,  
ELETRODOMÉSTICOS,  
ELETROELETRÔNICOS, A FIM DE  
ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA  
DO PIRAI E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ nº 16.102.141/0001-55, com sede na Rua Paulo de Frontin, nº 164, bairro Centro, Barra do Piraí/RJ, na qualidade e ora designado **ORGÃO GERENCIADOR**, devidamente autorizado pela Sra \_\_\_\_\_, Secretária de Assistência Social, RG: \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, ora denominada **AUTORIDADE COMPETENTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, apto. \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_/RJ CEP: \_\_\_\_\_, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no **processo administrativo n.º BDP-020310/000115/2026**, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O Objeto da presente Ata de Registro de Preço é a provável aquisição de Bens permanentes, compreendendo Eletrodomésticos, Eletroeletrônico e demais equipamentos correlatos, destiando ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o



fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos, conforme especificações e quantidades, estabelecidas em Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos e especificações definidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

**Parágrafo primeiro:** A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI** e de acordo com o quantitativo indicado na **cláusula quarta**.

**Parágrafo segundo:** a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação do(s) item (ns) registrado (s), facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**Parágrafo terceiro:** a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)** do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços é a **Prefeitura de Barra do Piraí/RJ**

**Parágrafo primeiro:** A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidade do Estado e Município (s), que não tenha (m) participado do certame licitatório, ora denominado (s) **ÓRGÃO (S) ADERENTE (S)**.

## **CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO**

O quantitativo do(s) item (ns) indicado (s) no Termo de Referência é (são) meramente estimativo(s) e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**Parágrafo primeiro:** é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA**

O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue conforme informado no Edital e Termo de Referência.



## **CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo de entrega dos objetos deverá ser entregue/executado conforme informado no Edital e Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO**

O preço registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos na Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços (**Anexo I**).

**Parágrafo primeiro:** O preço englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**Parágrafo segundo:** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do material registrado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores.

**Parágrafo terceiro:** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo quarto:** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Parágrafo quinto:** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Parágrafo sexto:** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

- a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo sétimo:** Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



**CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**CLÁUSULA NONA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta do próprio **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO

**CLÁUSULA DÉCIMA: CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo primeiro:** a contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** será formalizada por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

**Parágrafo segundo:** o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA**

O objeto desta ata será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo primeiro:** as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Edital e seus anexos, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto.

**Parágrafo segundo:** a execução será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de



nomeação.

**Parágrafo terceiro:** o objeto será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento.

**Parágrafo quarto:** o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**Parágrafo quinto:** o material cujo padrão de qualidade e desempenho esteja em desacordo com a especificação do Edital e da Proposta de Preços será recusado pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à sua regularização. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

**Parágrafo sexto:** o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo sétimo:** a instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, de acordo com as contratações realizadas, considerando a quantidade e valor do item adquirido.

**Parágrafo primeiro:** o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**Parágrafo segundo:** considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**Parágrafo terceiro:** caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo quarto:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**Parágrafo quinto:** a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro





deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**Parágrafo sexto:** A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxxxx, agência: xxxxxx, banco: xxxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, NA QUALIDADE DE CONTRATANTES**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na qualidade de **Contratantes**:

- a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital para Registro de Preços, Termo de Referência, Proposta de Preços e Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.
- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente instrumento;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantagem;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de materiais necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução





irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;

**b)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

**Parágrafo único:** não será admitida justificativa de atraso da entrega/execução do objeto adquirido que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelo (s) fornecedor (es) do licitante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE**

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único:** o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas **a**, **b** e **d** do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia

- b)** a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Conforme **LEI 14770/2023**, o município poderá dar **ADESÃO A ATA**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a)** Advertência;



- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo primeiro:** a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**Parágrafo segundo:** quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo terceiro:** a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo quarto:** ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo quinto:** a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da **cláusula vigésima**, serão impostas pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

**Parágrafo sexto:** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**, será imposta pelo Ordenador de Despesa.

**Parágrafo sétimo:** a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, é de competência exclusiva da **Exmo Sra. Prefeita.**

**Parágrafo oitavo:** a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da **cláusula vigésima:**

a) não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**Parágrafo nono:** o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima:**

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**Parágrafo décimo:** a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração



Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo décimo primeiro:** é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo décimo segundo:** o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da Ata, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da Ata pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**Parágrafo décimo terceiro:** a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo décimo quarto:** a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo

e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da **cláusula vigésima**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;
- d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela Autoridade Competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo décimo quinto:** a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total da Ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.



**Parágrafo décimo sexto:** as penalidades previstas na **cláusula vigésima** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**Parágrafo décimo sétimo:** os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a **Administração Pública do Município de Barra do Piraí** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**Parágrafo décimo oitavo:** penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** no Cadastro de Fornecedores da **PMBP**.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ao) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barra do Piraí para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ  
ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**Anexo I**

**CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

**OBJETO:** provável aquisição de Bens permanentes, compreendendo Eletrodomésticos, Eletroeletrônico e demais equipamentos correlatos, destiandos ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montage quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos.

PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTI DADE	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
----------	---------------	----------------	------	---------------	----------------



## ANEXO VI

CONTRATO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**CONTRATO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BENS, PERMANENTES, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI/RJ, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

O Município de Barra do Piraí, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **16.102.141/0001-55**, com sede na Rua Paulo de Frontin, nº 164, Centro, Barra do Piraí/RJ, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Sra \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em decorrência do resultado da licitação na modalidade \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, com fundamento no Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_ e Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_, que se regerá Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O Objeto do presente Contrato é a aquisição de Bens permanentes, compreendendo Eletrodomésticos, Eletroeletrônico e demais equipamentos correlatos, destiados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos, conforme especificações e quantidades, estabelecidas em Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato será de **XXXXX** anos, conforme artigo 106, da Lei Federal 14.133/21, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município





de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O reajuste ou repactuação será conforme especificado nas cláusulas contratuais, tendo como prazo inicial da apresentação da proposta, adotando como base os índices de reajustamento, INPC ou IPCA ou IGPM, na forma que atender melhor a economicidade em favor do município, para insumo e para mão de obra adotando convenção ou dissídio coletivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** objeto do presente Contrato deverá ser executado de acordo com a solicitação da secretaria.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** O objeto do presente Contrato não terá prorrogação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;
- c) manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.



### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### **CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO:**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência/Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O contrato será acompanhado e fiscalizado por representante(s) do CONTRATANTE especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

#### **Em se compra e serviços:**

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em **05 (cinco) dias**, para ratificação.



**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso do parágrafo terceiro, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de impedimento de contratar com a PMBP.

#### **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA**, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº \_\_\_\_\_, agência: \_\_\_\_\_, banco: \_\_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a PMBP, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

**PARÁGRAFO QUARTA** – Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO**– Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 5 % ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5 % ao mês pro rata die.

**PARÁGRAFO SEXTO**– A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**– Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura com posterior publicação no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**Parágrafo Terceiro** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na Administração Pública:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;



c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmº Senhora Prefeita**.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**PARÁGRAFO QUINTO** - o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO** - a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.



**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para

licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Barra do Piraí enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO**— Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, principal do débito, dos juros de mora, despesas de processo e honorários de advogado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca do **Município de Barra do Piraí**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura de Barra do Piraí-RJ  
ORDENADOR DE DESPESA

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



## Anexo I

### CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

OBJETO: aquisição de Bens permanentes, compreendendo Eletrodomésticos, Eletroeletrônico e demais equipamentos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, incluindo o fornecimento, entrega, instalação/montagem quando aplicável, e garantia dos itens adquiridos, conforme especificações e quantidades, estabelecidas em Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

PRODUTOS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTI DADE	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
----------	---------------	----------------	------	---------------	----------------



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº        /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14133/2021, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO CUSTOS TRABALHISTA**

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO IX**

**Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade**

Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ

Local e data

A(o) Pregoeira(o),

Referente a(ao) **Pregão Eletrônico SRP nº**        /2026

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE

Barra do Piraí-RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)





**ANEXO X**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ participante da licitação modalidade **Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_\_\_/2026** referente ao **Processo Administrativo n.º BDP-020310/000115/2026**, declara que atendeu a todas as exigências habilitatórias e que detém capacidades técnico-operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa proponente)



**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO**

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº        /2026**

..... (nome da Empresa) ....., inscrita no CNPJ  
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
..... portador(a) da Carteira de Identidade  
nº..... e do CPF nº..... ,  
**DECLARA**, para fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com  
deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

**(data)**

.....

**(representante legal)**

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO XII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**RELATIVA A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar  
n. 123/2006**

**Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de  
seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº  
\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA** que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com  
a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para  
fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_  
data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada  
pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO XIIX**

**Tabela de Preços Unitários (estimados)**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDIDA	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. (CATMAT: 622157)	Und	01		R\$ 739,05	R\$ 739,05
2	Caixa de Som Amplificada Portátil com Bluetooth; Sistema de som de alta qualidade com potência musical; Duração da bateria entre 3 e 4 horas; Suporte para facilitar o transporte; Conexões: Bluetooth, USB, Cartão de Memória SD, Rádio FM, Entrada Auxiliar. Dimensões: 40 cm de altura e Alto-falante de 10 polegadas. Itens inclusos: 01 Caixa amplificada, 02 Microfones sem fio, 01 Central para Microfones, 01 Controle, 01 Cabo USB Para Carregamento. (CATMAT: 601776)	Und	04		R\$ 1.291,92	R\$ 5.167,68
3	Microfone Headset Condensador Cardioide. Com Conexão mini XLR 3 pinos. Timbre encorpado e brilhoso. Utiliza capsula de eletro com padrão unidirecional cardioide adequado para todas as aplicações onde a mobilidade, conforto e som de alta qualidade são necessários. Filtro de espuma interno + anti-puff externo de alta isolamento. Especificações: Resposta de SPL; máximo de entrada: 131 dB em 1 kHz; Padrão polar: Unidirecional Cardioide, Impedância de Saída: 250 ohms 30%, Cabo: 1,2 m, Sensibilidade: - 45 dB, Alimentação: 3V (Bodypack mini XLR 3p) ou 9 V (Adaptador/redutor phantom + 48 V) (CATMAT: 391700)	Und	01		R\$ 184,55	R\$ 184,55



4	Home Theater Som Bluetooth para Smart TV e PC, Subwoofer 2.1. Características: Qualidade HI-FI estéreo; Mini Plugue de 3,5 mm P2; Plug & Play, não necessita de instalação de software; Controle de	Und	04		R\$ 559,50	R\$ 2.238,00
	Volume; Compatível com PC, notebook, iPad, 04 Smartphone, MP3 e MP4 players; Sistemas Operacionais: Windows XP e Superiores, MacOS, Linux. Acompanha cabo P2 x RCA. Itens Inclusos: 1 Caixa com Subwoofer, 2 Caixas de Som Satélites, 1 Cabo P2 RCA. [Especificações - Medidas e potências dos Altofalantes: 1 Subwoofer, 5 polegadas, 15 w RMS; 2 Caixas Satélites, 2 polegadas, 5 w RMS (cada); Potência Total: 25 w RMS - Dimensões Subwoofer: 26,5 x 20,5 15,5 cm - Dimensões Caixas Auxiliares: 10 x 15 x 9 cm - Impedância: 4 ohms (sub e satélites) - Frequência Satélites: 150 Hz - 20 KHz - Frequência Subwoofer: 40 Hz - 150 Hz - Sensibilidade Satélites: 45 dB - Sensibilidade Subwoofer: 40 dB - Distorção: <0,2% - Voltagem: 110v / 220v] (CATMAT: 605379)					
5	Televisor. Tamanho da Tela: 43 polegadas. Voltagem: Bivolt, Características Adicionais: Smart TV, 4K, Entradas HDMI e USB, Conversor, Tipo Tela: LED, Acessórios: Controle Remoto. (CATMAT: 479242)	Und	04		R\$ 2.157,35	R\$ 8.629,40
6	Suporte para Televisor Smart TV. Capacidade: 30 a 55 polegadas. (CATMAT: 439503)	Und	04		R\$ 208,57	R\$ 832,28
7	Bebedouro 25 litros 2 torneiras podendo optar por 1 jato totalmente inox, gás ecológico R 134, acompanha filtro e refil, certificado pelo inmetro portaria 344, consumo de energia 18kwh /mês, dimensões altura 1,30m, largura 0,34m comprimento 0,45m. (CATMAT:610437)	Und	04		R\$ 2.004,50	R\$ 8.018,00
8	Forno de Microondas - Capacidade mínima 30 litros. Potência 1.000W a 1.200W. Painel digital com temporizador e prato giratório com diâmetro de 30 cm. De aço inox (interno) e pintura epóxi resistente a respingos (externo). Travamento automático durante a operação. Proteção contra superaquecimento. Garantia de 12 meses. (CATMAT: 391765)	Und	04		R\$ 819,00	R\$ 3.276,00



9	Geladeira Frost Free. 500 litros, modelo duplex. Freezer mínimo de 150 litros. Dimensões: altura 1,70 a 1,90; Largura 80 cm a 90 cm (com porta fechada). Classe energética A, Selo INMETRO. Consumo mensal máximo de 60 kWh/mês. Iluminação interna. Prateleiras em vidro temperado ajustáveis e resistentes. Garantia de 24 meses.(CATMAT:417245)	Und	03		R\$ 3.009,07	R\$ 9.027,21
10	Máquina de Lavar e Secar. Lavagem 15 kg (roupa seca) e secagem 10 kg (pós-lavagem). Tipo frontal (abertura frontal). Classe A, selo INMETRO. Consumo de água máximo de 90 litros por ciclo completo (lavagem e secagem). Mínimo de 8 programas automáticos, incluindo rápido, pesado, delicado, lavagem e frio. Secagem por condensação. Motor inverter e sistema anti-enrugamento e autolimpeza. Estrutura externa em plástico resistente e porta com vedação reforçada. Travas de segurança infantil, proteção contra transbordamento e sobrecarga. Garantia de 24 meses.(CATMAT:438940)	Und	04		R\$ 2.216,75	R\$ 8.867,00
11	VENTILADOR DE PAREDE DE 40CM. (CATMAT:261727)	Und	16		R\$ 330,00	R\$ 5.280,00
12	Ventilador portátil de pé, com base estável e altura ajustável. Ajustável entre 1,0m e 1,5m. Potência mínima 50 W. Sistema de lubrificação permanente e rolamentos vedados. Hélice com 30 cm. Material ABS ou metal revestido. Velocidade mínima de 3 velocidades (controle mecânico). Base larga e antiderrapante (peso mínimo de 3 kg), haste em aço e plástico reforçado. Certificações INMETRO e norma ABNT 60335-2-80. Garantia 12 meses.(CATMAT:345805)	Und	16		R\$ 337,20	R\$ 5.395,20
13	Plastificadora laminadora poliseladora a3 60 hz 600w 127v.(CATMAT:388365)	Und	05		R\$ 1.046,55	R\$ 5.232,75
<b>Valor total</b>						<b>R\$ 62.887,12</b>